

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova lei poderá ampliar possibilidade de acordos com a Fazenda Nacional..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tributação do metaverso: um convite ao debate - OPINIÃO JURÍDICA..... 4

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - 24H
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tributação: um debate necessário (Artigo)..... 5

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
SEGURIDADE SOCIAL

Economia autoriza concurso da Receita Federal com 699 vagas..... 6

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: autorizado concurso para técnico de seguro social..... 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Programa do PT para a economia - CELSO ROCHA DE BARROS..... 8

ZERO HORA - RS - OPINIÃO DA RBS
REFORMA TRIBUTÁRIA

AVANÇOS PARA INGRESSAR NA OCDE (Editorial)..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Bolsonaro se empenha em vender um faz de conta"..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Hora decisiva para segurar combustíveis..... 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Medidas populistas de tentar controlar o preço vão fracassar"..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

CNI deve fazer encontro com presidenciais..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Novos aumentos do petróleo à vista (Artigo)..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Aposta em aumento nos juros..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

É o empobrecimento (Editorial)..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

"Defendemos o beneficiário. Não somos carrascos"..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Endividamento cresce no País e cria contingente de "devedores crônicos" 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Radicalismos e estagnação (Artigo) 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Sinais claros e expectativas - HENRIQUE MEIRELLES 29

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Brasil fica atrás na corrida mundial (Editorial) 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Queda da renda atinge em cheio mais pobres 31

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Antecipar receita futura do pré-sal cria ilusão fiscal (Editorial) 32

Nova lei poderá ampliar possibilidade de acordos com a Fazenda Nacional

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187243

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187243

Tributação do metaverso: um convite ao debate - OPINIÃO JURÍDICA

Tathiane Piscitelli, Daniel de Paiva Gomes e Eduardo de Paiva Gomes são, respectivamente, professora da FGV Direito SP e advogada; advogado e mestre em direito pela FGV; e advogado e mestre em direito pela FGV

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187243

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187243

Tributação: um debate necessário (Artigo)

Artigo Nuno Barroso, Rodrigo Spada, Mauro Silva e Marcos Carneiro

A tributação mostra muito do que discursos tentam esconder. Olhar para o modo como as nações cobram **impostos**, taxas e contribuições de seus cidadãos para financiar a atividade do Estado permite um retrato fiel de como as sociedades se organizam.

Os **tributos** servem para custear o funcionamento da máquina estatal e serviços públicos como saúde, educação, assistência social, segurança e infraestrutura. Tributar é essencial para nossa organização em sociedade, mas a forma de fazer isso pode direcionar as nações para sentidos opostos. No Brasil, por exemplo, toda a desigualdade que vemos é, em grande parte, efeito do nosso sistema tributário.

Aqui, em geral, os **tributos** incidem sobre três bases: consumo, renda e patrimônio dos cidadãos e empresas. Nosso sistema tributário concentra a maior parte da arrecadação sobre o consumo - cerca de 45% do total. Em países desenvolvidos, o peso da tributação do consumo é menor: no Canadá fica em 23%; nos Estados Unidos, em 17%. A média dos países que integram a OCDE é 27%.

Tributar fortemente o consumo torna o nosso sistema altamente regressivo. Proporcionalmente, no Brasil as pessoas mais pobres pagam mais **impostos** que as pessoas mais ricas, o que diz muito sobre nossa democracia e sobre a atuação de interesses organizados na produção legislativa.

Para entendermos e enfrentarmos esse problema, é fundamental olharmos para a forma como o Estado se financia, como gere suas receitas e como devolve os recursos aos cidadãos. Um debate qualificado sobre isso vai acontecer em Salvador, entre 12 e 15 de junho. O 6º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais vai reunir renomados especialistas em temas tributários e fiscais do

Brasil e de Portugal. Como o ato de tributar é universal, estudos comparativos e o olhar internacional em busca de boas práticas são ações importantes que nos levam a achar soluções para nossas questões locais.

A pandemia de covid-19 deixou patente que precisamos de estados capazes de agir socialmente, com condições de financiar suas ações de modo justo e eficiente. Não se pode penalizar os mais pobres,

nem estrangular o empreendedorismo. É esse caminho justo que pretendemos tratar no evento, coletando insumos para fundamentar tecnicamente a ação dos governos e balizar a atuação do Fisco do Brasil e de Portugal no rumo da justiça fiscal.

NUNO BARROSO É PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS PROFISSIONAIS DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E **ADUANEIRA** DE PORTUGAL; RODRIGO SPADA É PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE FISCAIS DE **TRIBUTOS** ESTADUAIS; MAURO SILVA É PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL

DOS AUDITORES FISCAIS DA **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**; MARCOS CARNEIRO É PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS AUDITORES FISCAIS DO ESTADO DA BAHIA, ENTIDADE ANFITRIÃ.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Economia autoriza concurso da Receita Federal com 699 vagas

Brasília

*/
Victória Olímpio, do R7, em Brasília*

A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, autorizou concurso público para a **Receita Federal** com previsão de oferta de 699 vagas. A portaria de autorização foi publicada nesta segunda-feira (13) no Diário Oficial da União.

Do total de vagas, 230 serão para auditor fiscal e 469 para analista tributário. Para assumir ambos os cargos é necessário que os candidatos tenham nível superior completo.

O próximo passo da Secretaria Especial da Receita deve ser o contrato da banca organizadora que ficará responsável pelo certame. O prazo para a publicação do edital de abertura do concurso será de seis meses.

Foi autorizada ainda a redução, para dois meses, do prazo de antecedência mínima entre a publicação do edital e a realização da primeira prova do certame. A publicação da portaria é a confirmação de uma das pautas prioritárias da Administração da Receita.

Nesta manhã, o Ministério da Economia também autorizou a realização de concurso público para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A previsão é de que sejam ofertadas 1.000 vagas para o cargo de técnico do seguro social.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/economia-autoriza-concurso-da-receita-federal-com-699-vagas-13062022>

INSS: autorizado concurso para técnico de seguro social

Publicado em 13/06/2022 - 07:44
Agência Brasil - Brasília

Por

O Diário Oficial da União publica, nesta segunda-feira (13), portaria da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que autoriza a realização de concurso público para o provimento de mil cargos de Técnico do Seguro Social do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A responsabilidade pela realização do concurso será da presidência do Instituto Nacional do Seguro Social, a quem caberá editar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos necessários", diz ainda o documento.

O prazo para a publicação do edital de abertura do concurso público será de seis meses, contado a partir de hoje, data da publicação da portaria.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-06/inss-autorizado-concurso-para-tecnico-de-seguro-social>

Programa do PT para a economia - CELSO ROCHA DE BARROS

CELSO ROCHA DE BARROS

Na semana passada, vazou o programa de governo do PT. O documento defende a revogação da reforma trabalhista e o fim do teto de gastos. Também se opõe à privatização da Eletrobrás. Aliados do PT criticaram as propostas, que devem ser revisadas.

Eis o que eu acho que será a economia em um eventual terceiro governo Lula.

Não se deve esperar um ajuste duríssimo como o que Antonio Palocci fez em 2003. Suceder a Jair Bolsonaro (PL) não é a mesma coisa que suceder a Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A transição de FHC para Lula foi a melhor e mais pacífica da história brasileira. Isso deu a Lula o direito de perder popularidade sem ter medo de cair.

A próxima transição deve começar com Jair tentando um golpe porque não aceitou o resultado da eleição. Pedro Malan manteve as contas razoavelmente sob controle no segundo governo FHC. Paulo Guedes vai gastar uma Eletrobrás para garantir que a gasolina não suba até a eleição.

Além disso, quando Palocci estava segurando os gastos em 2003, o superciclo das commodities começava a garantir o crescimento. Não há nada disso no horizonte.

Mas um governo do PT pode não ser "Palocci" e ainda ser responsável.

Guilherme Mello, um dos economistas da Fundação Perseu Abramo, já declarou que o PT não pretende mexer na autonomia do Banco Central. É uma boa notícia, embora devesse vir acompanhada de pedido de desculpas a Marina Silva.

O que foi privatizado não vai ser estatizado de novo. Fazê-lo seria pegar todo o dinheiro disponível que Lula terá para gastar e dizer para o Brasil, "olha, não vou fazer mais nada porque comprei de volta a Eletrobrás". Era inteiramente legítimo ser contra a privatização da Eletrobrás, mas a esquerda não conseguiu impedi-la. O custo de revertê-la é muito alto.

O teto de gastos de **Temer** já morreu. Enterrá-lo provavelmente vai dar a Lula uma chance de agradecer

a esquerda. Mas haverá uma nova regra fiscal. No começo do ano, o ex-ministro Nelson Barbosa propôs uma regra fiscal atrelada ao **PIB**, fixada no início de cada governo, com separação de gasto corrente e investimento (mas limites para os dois). As discussões devem partir de algo assim.

A reforma trabalhista não será revogada, mas será alterada. Deve incluir medidas para proteger categorias que cresceram nos últimos anos, como os entregadores e outros setores "uberizados". O documento do PT defende medidas para favorecer a sindicalização, sem listá-las. Se elas derem certo, a possibilidade de flexibilização sem precarização é muito maior.

É alta a probabilidade de Lula bancar a **reforma tributária** proposta pelo deputado Baleia Rossi, do MDB de São Paulo. Ela desperta entusiasmo entre os especialistas, no mercado, e é baseada nas ideias de Bernardo Apy, economista que fez parte do governo Lula.

Se eu fosse apostar para uma surpresa negativa para a Faria Lima, seria tributação dos ricos. O PT não vai terminar mais um mandato presidencial sem ao menos propor tributação progressiva. Se fosse apostar em uma surpresa positiva para a Faria Lima, apostaria em alguma coisa sobre abertura comercial.

Enfim, não vai ser o governo dos sonhos da Faria Lima de 2018. Mas suspeito que, depois de quatro anos de Paulo Guedes delirando sem entregar, nem eles sonhem mais com aquilo tudo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

41

AVANÇOS PARA INGRESSAR NA OCDE (Editorial)

O Brasil dá mais um passo no seu processo, iniciado em 2017, de ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), entidade que ficou popularmente conhecida como "clube dos ricos". O apelido tem origem no fato de seus primeiros e principais membros serem as nações mais desenvolvidas do mundo, embora também esteja em curso uma abertura para novos integrantes que não são lá grandes potências econômicas ou de alta renda. Mas é inconteste que há vantagens em fazer parte desse grupo hoje composto por 38 países, especialmente para o Brasil.

O conselho de ministros da OCDE formalizou na sexta-feira o roteiro de ações, termos e condições para o país passar a integrar a entidade. A etapa seguinte será uma avaliação de políticas e práticas adotadas pelo Brasil, que precisam ter aderência aos valores da organização. Entre estas várias frentes estão a credibilidade das instituições e programas de proteção à natureza. Todas as aferições, observações e negociações ainda podem demorar até cinco anos.

Muito mais do que obter uma espécie de selo, o ingresso do país na OCDE é relevante pelas condicionantes. Para a filiação ser confirmada, é preciso cumprir compromissos. É uma agenda benéfica para a própria sociedade brasileira, para a continuidade da marcha civilizatória e que se destina a criar um melhor ambiente de negócios. São pontos que passam pelo fortalecimento institucional e da democracia, modernização de legislações, combate à corrupção, simplificação tributária, ações ambientais, respeito aos direitos humanos e redução da pobreza.

Não por acaso, são questões que o Brasil há muito sabe que precisa enfrentar, mas várias deparam com grandes entraves para prosperar. Em termos econômicos, é ilustrativa a situação da **reforma tributária**, que não consegue andar no Congresso pela incapacidade de conciliar interesses conflitantes e mesmo o pouco empenho do Executivo. Espera-se que, a partir de 2023, passadas as eleições, seja possível desatar esse nó que aumenta os custos das empresas instaladas no Brasil, afasta novos investimentos e afeta a competitividade.

O tema ambiental é outro exemplo em que o país tem muito a evoluir. Não deve ser compreendido apenas como uma resposta ao embaraço em virtude das

estatísticas de desmatamento, mas como uma oportunidade de progresso em bases sustentáveis. É indispensável ressaltar ainda a necessidade de defesa incondicional da democracia. Retrocessos institucionais são incompatíveis com o propósito de fazer parte da organização.

Em janeiro, quando foi aprovado o começo do processo de ingresso do país, divulgou-se que o Brasil já estava aderente à quase metade dos 251 quesitos exigidos pela OCDE. Mas existem avanços significativos pendentes. Persegui-os não tem apenas o sentido de buscar a confirmação do ingresso em um novo organismo multilateral e ganhar um carimbo de alinhamento às melhores práticas de governança internacional. Significa, sobretudo, evoluir em pilares do desenvolvimento e da consolidação da democracia.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

"Bolsonaro se empenha em vender um faz de conta"



»»Ingrid Soares

Professor assistente de Estudos Internacionais e professor Wick Cary de Estudos Brasileiros na Universidade de Oklahoma, nos Estados Unidos, Fábio Costa Morais de Sá e Silva considera limitados os efeitos da visita do presidente Jair Bolsonaro aos EUA.

"Bolsonaro continua empenhado em vender ao seu eleitorado um faz de conta. Vai dizer que a reunião foi boa, espalhar clipes de motociata, enfim, vender como uma vitória. Na prática, sabemos que não foi nada disso", disse, em entrevista ao Correio. Ele alerta também sobre os ataques do presidente brasileiro às urnas eletrônicas, ao que caracterizou como uma possível "versão tupiniquim da invasão ao Capitólio".

Sobre as eleições, Sá e Silva afirma que o governo não conseguirá dar respostas econômicas satisfatórias para o eleitor. Leia os principais pontos da entrevista.

Como avalia a atual relação entre Brasil e EUA?

É uma relação desgastada.

Bolsonaro cometeu um erro; alinhou-se a uma candidatura que foi derrotada (Trump) e demorou para reconhecer a vitória de Biden. Além disso, abraça agendas antagônicas a preocupações centrais da administração Biden, como mudanças climáticas, violência contra negros, direitos dos povos indígenas e a própria democracia.

Também cresceu no Congresso dos EUA (em especial

entre os democratas) uma bancada em favor da democracia e dos direitos humanos no Brasil, cujos parlamentares já escreveram várias cartas ao presidente Biden pedindo medidas mais duras visando constrianger Bolsonaro.

A sorte do Brasil é que, hoje, a prioridade da política externa norte-americana é o enfrentamento com a China, e Biden não quer deixar o Brasil suscetível à influência de Pequim. Nesse sentido, ele tensiona, mas não rompe com Bolsonaro.

O que representa essa primeira conversa entre o presidente Bolsonaro e Biden?

Bolsonaro continua empenhado em vender ao seu eleitorado um faz de conta. Vai dizer que a reunião foi boa, espalhar clipes de motociata, enfim, vender como uma vitória. Na prática, sabemos que não foi nada disso.

Como é vista a gestão Bolsonaro no exterior?

A avaliação é ruim. Um dos picos foi na pandemia, quando Bolsonaro fez pouco caso da ciência, até mesmo das vacinas e colocou o Brasil no topo do ranking das mortes. Outro está se formando agora, no rescaldo do desaparecimento de Dom Phillips e Bruno Pereira, o qual escancarou o descaso do presidente com a segurança na Amazônia e o bem-estar dos povos indígenas.

Quais as perspectivas sobre as eleições de outubro no Brasil?

As pesquisas sugerem uma vitória de Lula e uma derrota de Bolsonaro.

Isso é condizente com a deterioração da situação econômica e social no Brasil - o retorno da **inflação**, o aumento do custo de vida, a persistência do desemprego - e também com a estratégia de Bolsonaro, que sempre foi de fidelizar seu eleitorado radical, ao invés de governar para todo o país. O governo parece consciente de que, até outubro, não conseguirá virar o jogo, mas tenta virar a mesa, aprovando corte de **impostos** para baixar o preço da gasolina e até mesmo pedindo ao varejo para represar aumentos no preço de alimentos. É difícil que consiga. Em paralelo, continua atacando as urnas eletrônicas,

talvez preparando uma versão tupiniquim da invasão ao Capitólio.

Há diferença entre as eleições de 2018 e a de 2022?

São contextos radicalmente diferentes. Em 2018, a Lava- Jato estava a pleno vapor, Lula foi excluído das eleições, e as elites políticas prometiam ao país que candidaturas liberais ou antagônicas ao PT trariam investimento e empregos. Em 2022, a Lava-Jato está morta. Lula, de uma maneira ou de outra, venceu todos os processos que tinha contra si, e a política de Guedes resultou numa combinação rara de **inflação**, desemprego, dólar alto e juros altos.

Também houve aprendizado institucional (por exemplo, por parte do TSE) e de boa parte da população sobre como lidar com desinformação.

Como analisa os ataques de Bolsonaro a outros Poderes e os reiterados ataques às urnas?

É o fator de maior preocupação para mim e muitos outros colegas. A inspiração de Bolsonaro na cartilha de Trump é clara. No contexto americano, isso gerou os ataques ao Capitólio, mas Trump não contava com militares. No Brasil, coube ao próprio TSE legitimar os militares como fonte de questionamento da segurança das urnas e, recentemente, em depoimento no Congresso, uma autoridade das Forças Armadas foi incapaz de rejeitar categoricamente que eles apoiariam um golpe. Cabe às forças democráticas no Brasil agirem para reduzirem o espaço desse tipo de golpismo. O tempo é curto, e o desafio, imenso.

Em meio a polarização Lula- Bolsonaro, avalia maior risco de violência e instabilidade nas eleições deste ano?

Sim, mas não exatamente por polarização. O Brasil já teve eleições polarizadas sem violência e instabilidade. O problema é que a extrema direita utiliza a violência e a instabilidade como método e, quanto mais perde capital eleitoral, mais isso fica sendo o único recurso de que ainda dispõe.

Quais fatores influenciarão as eleições em 2022?

O principal é a economia, onde a deterioração foi enorme.

Não há espaço para falar de muito mais coisa num país com 30 milhões de famintos.

A terceira via ainda tem chance?

Sempre avalei que o espaço eleitoral da terceira via era diminuto, afinal, temos um presidente em exercício

(Bolsonaro) concorrendo contra um ex-presidente (Lula). A tendência de que a maior parte dos votos confluir para essas duas candidaturas é enorme. Fora isso, as forças políticas que aspiravam à condição de "terceira via" foram incapazes de se entender e se arranjar. Já perdi a conta de quantos candidaturas de "terceira via" foram lançadas e, depois, sepultadas. Por fim, Lula conseguiu reduzir ainda mais o espaço da terceira via ao convidar Alckmin para a vice. Não quer dizer que uma chapa de terceira via não se apresente, mas, a menos que aconteça algum cataclisma político, não conseguirá ser competitiva.

Pode, no máximo, forçar um segundo turno.

Bolsonaro pediu a empresários que tivessem "menor lucro possível" em relação a produtos da cesta básica. O que pensa a respeito desse apelo?

São medidas desesperadas.

Revelam que o governo entendeu que o peso da pauta econômica será incontornável, mas que não conseguirá dar uma resposta ao problema até outubro.

O apelo em si chega a ser risível, quando lembramos que, em 2016, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) adotou o slogan de que "não iria pagar o pato" daquela crise econômica e se tornou uma das principais patrocinadoras do impeachment da ex-presidente Dilma. Empresários nunca foram altruístas, e duvido muito que agora aderiram em massa ao pleito do presidente.

Hora decisiva para segurar combustíveis



»»**Raphael Felice**

Está marcada para a tarde de hoje, no Senado Federal, a votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022, que está sob relatoria do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). O texto é a aposta do governo federal para baratear o custo dos combustíveis, já que limita o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 17% e enquadra combustíveis, energia elétrica, transportes e telecomunicações como bens essenciais. A proposta também prevê compensações financeiras aos estados pela possível perda de arrecadação, mas é limitado os entes federados que não possuem débitos com a União.

Até o momento, o Poder Executivo reservou mais de R\$ 32 bilhões para fazer os abatimentos.

Desde a segunda-feira passada, senadores, governadores e secretários estaduais de Fazenda intensificaram as negociações sobre os termos da proposta.

Ao anunciar a intenção de compensar os estados que reduzirem o ICMS dos combustíveis, por meio de uma medida provisória, o governo de Jair Bolsonaro (PL) aumentou a pressão sobre os governadores e, por extensão, ao Senado Federal.

Apesar da oferta do Planalto e do avanço das negociações no Congresso, os governadores estimam perdas de R\$ 115 bilhões se a redução do ICMS for adiante.

Já o governo federal avalia que as Unidades da Federação vão perder cerca de R\$ 65 bilhões.

"Os governadores continuam com muitas críticas porque entendem que vão ter redução de receita expressiva. Falam que vão perder R\$ 115 bilhões. O governo federal, através da Secretaria do Tesouro, fala que as perdas são na ordem de 65 bilhões.

Por isso, o governo federal e a Câmara dos Deputados acreditam que os estados podem suportar as perdas", opinou Fernanda Bezerra. Ele tem nas mãos o pacote de medidas elaboradas para superar o impasse: as propostas de emenda constitucional (PECs) dos combustíveis (PEC 16/22) e dos biocombustíveis (PEC 15/22).

Com o texto da PEC 16, o governo oferta R\$ 29,6 bilhões para os entes federados, sob condição de zerar o ICMS do diesel, do Gás Natural Veicular (GNV) e do gás de cozinha. Já a PEC 15 propõe reposições financeiras para quem reduzir o imposto no etanol para pelo menos 12%. Nesse texto, não há imposição aos estados para redução de alíquota, mas dá aos governos a opção de zerar as tarifas em troca do ressarcimento.

Fundo de estabilização Apesar de os governadores não terem tratado diretamente da PEC dos combustíveis nas reuniões mais recentes com o relator Fernando Bezerra e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a proposta não atende à preferência dos estados.

Há um consenso entre governadores de que a melhor opção seria a criação de uma conta de equalização do preço dos combustíveis.

O presidente do Comitê Nacional dos Secretários

Estaduais de Fazenda, Décio Padilha, argumenta que a medida é adotada em diversos países, inclusive os de economia liberal, como a Inglaterra. Ele questiona o porquê do mecanismo não ser adotado no Brasil.

Interlocutores dos governadores no Senado Federal, entre eles o próprio presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG), corroboram o entendimento de que a melhor opção para abater a alta do diesel seria a conta de equalização, proposta no PL 1472 de relatoria do senador Jean Paul Prates (PT -RN), aprovado no Senado no começo do ano.

Na semana passada, Pacheco procurou manifestar a preocupação dos estados. "Será que é só isso (estabelecer limite do ICMS)? Ou não seria possível estabelecer que esses dividendos astronômicos da Petrobras sejam revertidos para a sociedade na equalização do preço dos combustíveis. Em relação a esse ponto, o Senado se desincumbiu de criar essa conta de equalização no PL 1472", afirmou o presidente do Congresso durante evento na sexta-feira, quando ocupou em exercício a presidência da República.

O PL 1472 foi aprovado no Senado em fevereiro junto a outra proposta, o PLP 11/2020, de origem na Câmara, que criou um período de transição para a monofasia - cobrança de uma tarifa fixa do ICMS - na qual o preço do diesel e do biodiesel são definidos pela média dos últimos 60 meses, indo até 31 de dezembro de 2022. A proposição define que a alíquota será fixada por unidade de medida, com valor sobre o volume líquido, e não sobre o preço do produto.

No Senado, o texto foi relatado pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN). O petista também foi relator da conta de equalização, defendia por governadores, mas a matéria não é do agrado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

A situação gerada em torno dos combustíveis expõe a diferença de postura entre os dois líderes do Congresso. Enquanto Lira cobra medidas drásticas para capitalizar Bolsonaro nas pesquisas eleitorais, Pacheco desponta no debate como moderado e conciliador, de olho em eleições majoritárias futuras.

Os perfis diferentes contrastam as decisões. Pacheco não pressionou Lira para avançar com o PL 1472, mas foi instado pelo chefe da Câmara a avançar com o PLP 18 e a PEC dos Combustíveis.

Com o altíssimo preço da gasolina e do diesel, um embargo sobre as propostas do governo seria uma medida popular.

No governo, o clima para aprovação das propostas é

de otimismo. Apesar da insatisfação por parte dos governadores, o relator Fernando Bezerra afirmou que há um clima de compreensão e disse que o texto deve ser aprovado.

Na avaliação do líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), há um clima favorável também para a aprovação da PEC dos Combustíveis, que também deve ser votada nesta semana.

Segundo Portinho, mexer nos **impostos** é a única forma do governo federal frear a alta da gasolina e do diesel e abater o impacto da alta na população. O senador rejeitou eventuais possibilidades de congelamento dos preços.

"A redução do governo do Pis/ Cofins e Cide já reduz o preço em cerca de 10%. No Rio, por exemplo, o ICMS vai reduzir pela metade e, se os estados que quiserem zerar o ICMS, terá impacto ainda maior. Sem dúvidas vai chegar na ponta, mas em percentual, o que se sinaliza é redução drástica dos **impostos**. A Petrobras possui uma política econômica de capital misto, e o governo não vai mexer nessa política de mercado.

A gente viu, lá atrás, que isso não deu certo com a Dilma", disse Portinho ao Correio.

Mas há senadores que criticam o movimento do governo.

Eles entendem que o prazo de vigência estipulado pela PEC - entre 1º de julho de 31 de dezembro de 2022 - é notoriamente eleitoreiro. Para o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), a medida constitui um "estelionato eleitoral", pois o alardeado benefício para a população acabará no primeiro dia de 2023.

"O governo federal diz que tem 29,6 bi para dar para governadores que resolverem baixar para zero o ICMS, mas só até 31 de dezembro. Meu Deus, isso é estelionato eleitoral! Isso é um fundão eleitoral para reeleição. E quando chegar 1º de janeiro? Volta tudo ao que era antes?", questionou o senador.

Personagens do impasse

Jair Bolsonaro (PL) - Com a popularidade atingida em razão da alta dos combustíveis, o presidente da República procura dividir o desgaste político com os governadores.

Tem cobrado uma contribuição para a redução dos preços, mediante uma redução drástica de **impostos**.

Arthur Lira (PP-AL) - O presidente da Câmara dos Deputados atua como principal articulador do governo

no Congresso. Lira quer a reeleição de Bolsonaro e um segundo mandato no comando da Casa Legislativa para manter o Centrão sob comando de grande parcela do Orçamento da União.

Rodrigo Pacheco (PSD-MG) - O presidente do Senado mantém um diálogo próximo e constante com os governadores. O senador não conseguiu convencer Arthur Lira a avançar com o PL 1472/2021 na Câmara - o texto trata do fundo de estabilização para o preço dos combustíveis -, mas tem garantido a participação dos estados nas negociações.

Governadores - Resistem ao corte de ICMS e defendem a criação de uma conta de estabilização. A arrecadação do ICMS é usada principalmente para gastos com educação, saúde e segurança pública.

Jean Paul Prates (PT-RN) - O senador é autor do PL 1472/2021 e do PL 11/2020.

Participou de reuniões juntamente ao relator Fernando Bezerra (MDB-PE) e secretários de Fazenda.

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) - ex-líder do governo, é o relator do PLP 18 e da PEC 16 no Senado. Busca conciliar as propostas do Planalto com as demandas dos governadores.

Danilo Forte (União-CE) - O deputado federal é autor do PLP 18/2022, que impõe o limite de 17% sobre o ICMS.

Ele esteve presente na apresentação de Bezerra sobre o pacote dos combustíveis, na semana passada.

"Medidas populistas de tentar controlar o preço vão fracassar"

MARCÍLIO DE MORAES

A tentativa do governo federal de reduzir a **inflação** com represamento de reajustes, como no caso da gasolina, que está há mais de 90 dias sem aumento, ou adiamento de correções, como na energia elétrica, está fadada ao fracasso na avaliação do presidente da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), Luís Eduardo da Costa Carvalho, "A gente já viu isso algumas vezes e nunca funcionou, nunca deu certo. Com certeza não vai dar certo. Todas as medidas populistas de tentar controlar o preço vão dar com os burros na água, fracassar", afirma o fundador da Lecca Financeira que foi reeleito este ano para novo mandato à frente da Acrefi. Luís Eduardo lembra das tentativas frustradas nos governos José Sarney e Dilma Rousseff Para ele, a **inflação**, embora ainda alta, começa a dar sinais de que recuará no segundo semestre como efeito da política monetária que elevou a taxa básica de juros a 12,75% ao ano. A previsão da entidade é de novo aumento na Selic está semana, com a taxa subindo para 13,25%. Essa queda da **inflação**, no entanto, pode ser freada pelo aumento dos gastos públicos em ano eleitoral.

"A expectativa de que a **inflação** venha a sofrer alguma queda por ação da política monetária não será tão acentuada exatamente porque a injeção de recursos na economia, com os gastos eleitorais, aumenta ainda mais o consumo e dificulta o combate à **inflação**". Sem arriscar previsões para o resultado das eleições este ano, Luís Eduardo critica a polarização e vê com bons olhos a possibilidade de ascensão de um nome da terceira via. "O jogo está começando ainda, tem 90 minutos ainda de jogo pela frente, fora a prorrogação. Então acho que ainda é cedo para se fazer um prognóstico sobre resultado da eleição".

Em relatório divulgado na sexta-feira, a Acrefi elevou suas projeções de **inflação** e crescimento econômico para este ano. A previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 7,89% no fim de abril para 8,20% agora, enquanto a expectativa em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**) passou de 0,7% para 1,5%. "A reabertura da vida pós pandemia trouxe um crescimento do segmento de serviço e isso surpreendeu favoravelmente. Então tem se hoje uma perspectiva de fechar o ano de 2022 com um crescimento maior do que aquilo que se estimava

no início do ano", explica Luís Eduardo. Leia abaixo a entrevista concedida por ele ao Estado de Minas.

Nós estamos praticamente na metade do ano. O que se previa no início e o que se pode esperar a partir de agora para o fechamento do ano?

O ano começou de uma forma pouco animadora, com a **inflação** batendo níveis muito altos e muito acima das metas estabelecidas pelo Banco Central e isso vem forçando o Banco Central a periodicamente rever as taxas de juros, o que evidentemente traz **consequências** para a atividade produtiva. Então o crescimento econômico esperado para o ano foi bastante prejudicado em função dessa combinação de uma **inflação** alta e uma política monetária muito restritiva, com elevação da taxa de juros a níveis já há muito tempo não praticados no Brasil.

Então isso afeta o consumo e consequentemente a atividade econômica fica prejudicada.

Por outro lado, a reabertura da vida pós pandemia trouxe um crescimento do segmento de serviço e isso surpreendeu favoravelmente. Então tem se hoje uma perspectiva de fechar o ano de 2022 com um crescimento maior do que aquele que se estimava no início do ano, muito provocado pelo setor de serviço que retomou um ritmo de atividade que em alguns setores vem voltando aos níveis pré pandemia. Então isso é o lado bom. O segundo semestre, a gente já espera um início da queda da **inflação** como consequência da mudança da política monetária e espera-se que no próximo ano, em 2023, a **inflação** já esteja dentro da faixa definida pelo Banco Central mais próxima do teto do que na parte inferior da faixa, mas já é uma expectativa positiva. Do ponto de vista da atividade econômica, a gente pode ter no segundo semestre também algum impacto por ser um ano eleitoral, e os gastos públicos em todos os níveis, municipais, estaduais e em nível federal, dos políticos em busca de suas reeleições. Então é sempre um período em que há um aumento do gasto público, daqueles que estão em busca de suas reeleições ou buscando eleger os seus sucessores. Eu diria que as incertezas vão criar uma instabilidade, uma volatilidade nos mercados que é o que a gente já vem sentindo hoje no dia a dia. Basicamente, e essa é a maneira como eu estou vendo o final desse ano.

Mas não há o risco de o aumento nos gastos públicos fomentar o consumo e pressionar a **inflação** que já está muito alta. Por outro lado não gera um descontrole nas contas públicas?

Esses dois aspectos devem ocorrer. Quer dizer, por um lado a expectativa é de que a **inflação** venha a sofrer alguma queda por ação da política monetária, mas essa queda não será tão acentuada exatamente porque a injeção de recursos na economia com os gastos eleitorais aumenta ainda mais o consumo e dificulta o combate à **inflação**. Certamente esse fator nós vamos enfrentar. Do ponto de vista do gasto público, nós vamos ter algumas circunstâncias: em nível de municípios e estados nas quais não necessariamente os gastos venham a comprometer os limites, estourar os limites estabelecidos. Em nível federal é que a situação é diferente e é mais complicada porque os números já estão em altos, então com relação a gastos do governo federal a preocupação é maior.

Como senhor vê essas medidas que o governo vem buscando de redução de **impostos** para baixar preços e de represa-mento de reajustes na Petrobras, que está há mais de 90 dias sem mudar o valor da gasolina, e na tarifa de energia?

Vejo com grande tristeza. Grande tristeza porque pessoas que como eu estão há mais tempo no mercado, já viram isso algumas vezes e nunca funcionou, nunca deu certo. Com certeza não vai dar certo. Todas as medidas populistas de tentar controlar o preço vão dar com os burros na água, fracassar. Então, você tem o exemplo aí do Plano Cruzado, do ministro (Dil-son) Funaro querendo correr atrás dos sonegadores, correr atrás do boi no pasto porque alegava que os fazendeiros estavam boicotando e não queriam botar o boi no frigorífico para conseguir preços melhores. Você tem o caso da Dilma (Rousseff), que subsidiou a tarifa de energia elétrica e desorganizou todo o mercado de energia. Exemplos assim gritantes e ainda assim hoje ouvi-se declarações do Bolsonaro e do Lula fazendo demagogia para pessoas humildes que não conseguem entender como funciona a economia de mercado. É uma tristeza. Muito triste.

Hoje o Brasil em uma inadimplência muito alta. Até que ponto esse quadro está afetando o crédito que seria uma mola para a atividade econômica?

Sem dúvida nenhuma que a combinação **inflação** alta e taxas de juros em ascensão provoca um aumento da inadimplência e isso certamente afeta o crédito. No entanto, eu diria que isso já vem sendo percebido pelo mercado há algum tempo, há alguns meses emuitas

medidaseprovidências foram tomadas.

Então, há uma revisão de políticas de crédito, revisão de concessão de crédito e isso são medidas que vem sendo praticadas pelo mercado e já trazendo os índices de inadimplência para baixo. Não vejo nenhuma preocupação com a piora da inadimplência, pelo contrário, acho que o mercado já reagiu e tomou suas medidas e os índices de inadimplência já começaram a ceder.

Mas essas restrições não pode afetar o volume de crédito tomado pelo brasileiro? O crédito vai ter expansão ou não este ano?

Aprevisão é de crescimento do crédito, entretanto, não tanto no crédito para pessoa física, mas para pessoa jurídica (a Acrefi prevê crescimento de 8,9% no crédito total este ano). Você tem alguns setores da atividade econômica, do setor industrial, principalmente, já com sinais de crescimento da sua atividade econômica e com isso aumenta a demanda por crédito e é onde exatamente você teve menos problemas de inadimplência.

Problemas de inadimplência ficaram muito localizados no segmento de pessoas físicas, porque as famílias estão com seus orçamentos comprometidos pelo aumento da **inflação** e pela subida da taxa de juros. Então no segmento de pessoa física e você vê que no financiamento de veículo houve uma retração, exatamente pelo aumento da taxa, pelo aumento da inadimplência e pelo aumento do comprometimento da renda, então alguns setores estão tendo volume de créditos menores que estão sendo compensados por outros setores onde a demanda por crédito aumentou.

A Câmara dos Deputados aprovou mudanças nas regras para permitir que um imóvel dado em garantia de empréstimo possa ser executado pelo banco em caso de não pagamento da dívida. Até que ponto essa medida poderia aumentar o volume de crédito reduzindo o custo?

Não houve propriamente uma mudança na regra da alienação fiduciária dos imóveis. Quer dizer, o governo tem procurado criar mecanismos que facilitem a retomada das garantias e isso é muito positivo. Por outro lado, o governo também tem incentivado a buscar criar regras que permitam que um mesmo imóvel possa ser dado em garantia a mais de um credor. Essa segunda hipótese ainda não está regulamentada, mas há uma perspectiva de que isso venha a ser definido até o fim do ano. Então, isso é positivo, quer dizer, toda e qualquer medida que torne a recuperação de garantias mais simples e mais rápida é benéfica ao mercado de crédito. Mas isso, eu diria que o efeito não é rápido, são medidas

importantes e necessárias que terão efeito médio e longo prazo.

Quais são os riscos que o senhor vê hoje para a economia brasileira, no momento em que há uma perspectiva de maior aumento da atividade a OCDE reduziu a projeção do **PIB**, por exemplo?

Em nível mundial o cenário não é muito favorável. Isso evidentemente não contribui para a situação do Brasil. A disputa vamos dizer polarização entre os dois candidatos que têm maior índice de aprovação, e de reprovação também, não é um fator favorável. Os jornais dão notícia de um acordo PSDB e MDB a formação da chapa (Simone) Tebet e Tasso (Jereisatti) que eu vejo positivamente. Começa a surgir talvez um potencial candidato da terceira via. Então eu acho isso positivo. Se vai dar certo e se na prática vai ter resultado eu não sei. Ainda cedo para a gente fazer um prognóstico, mas é um sinal positivo. O jogo está começando ainda, tem 90 minutos ainda de jogo pela frente, fora a prorrogação. Então acho que ainda é cedo para se fazer um prognóstico sobre resultado da eleição.

Como o senhor está vendo a volatilidade nos mercados, que continua. Há um teto para o dólar? Se por um lado o câmbio desvalorizado beneficia nossas exportações no mundo que está demandante, por outro encarece a importação. Nós não estamos vendo nenhuma mudança radical no comportamento do dólar, na relação do real frente ao dólar. Acho que está num patamar que deve se manter até o fim do ano. Haverá uma especulação maior mais próximo da eleição se esse ou aquele candidato estiver aparecendo nas pesquisas um pouco melhor ou um pouco pior. Mas do ponto de vista macroeconômico eu diria que não há nenhum motivo para se imaginar a relação dólar e real muito diferente do patamar que está agora, de R\$5 a R\$5.50.

Qual a perspectiva do senhor em relação ao Brasil no médio prazo?

Olha, uma coisa que a gente sempre ouve falar é que o Brasil é o país do futuro, mas que é um futuro que nunca chega. Mas é um país com um mercado interno. Com certeza não vai dar certo. Todas as medidas populistas de tentar controlar o preço vão dar com os burros ríngua" espetacular, que tem uma agricultura fantástica, que é o maior produtor de alimentos do mundo. Quando você começa a ter problemas de falta de produção de alimentos para tudo que é lado. O Brasil tem uma capacidade fantástica de produzir alimentos. Então o que falta realmente são políticos de boa qualidade. sensatos e que saibam fazer o básico. Ninguém quer milagres, o que a gente quer são

políticos que tenham o pé no chão e que façam a coisa acontecer da forma mais natural e tranquila possível sem querer reinventar a roda. Porque quando você vai para o interior do Brasil você encontra um Brasil diferente daquele dos grandes centros urbanos, onde você vê pobreza, onde você vê o aumento no número de moradores de rua. Felizmente, quando você sai dos grandes centros e vai para o interior, você vê um país diferente, com perspectivas de crescimento, com níveis de evolução dos índices de educação. Enfim tem muita coisa positiva acontecendo ao mesmo tempo.

Qual o impacto das fintechs no crédito mais especificamente?

Acho que esse é um movimento que o Banco Central percebeu e apoiou desde o início e que é o aumento da competitividade e a necessidade de promover desconcentração do mercado financeiro e isso está acontecendo. Talvez não na velocidade que se gostaria, mas é um processo que está acontecendo e que vai aumentar pouco a pouco com mudanças como PIX, open banking e coisas do gênero que já tiraram da zona de conforto os grandes bancos brasileiros. Acho que o papel que as fintechs estão desempenhando é altamente benéfico para o país, para a sociedade e para o mercado financeiro, porque os próprios bancos, os grandes bancos, precisam entender que a situação não pode mais continuar do jeito que está.

CNI deve fazer encontro com presidenciáveis

Matheus Schuch De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187243?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187243?page=1§ion=1

Novos aumentos do petróleo à vista (Artigo)

David Sheppard

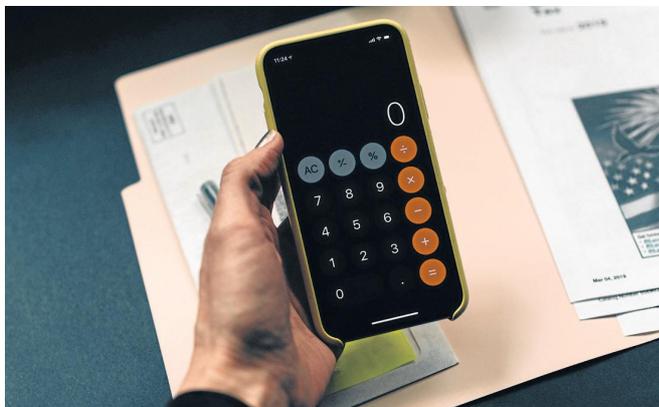
Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187243?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187243?page=6§ion=2

Aposta em aumento nos juros



FERNANDA STRICKLAND RAPHAEL PATI*

A semana com mais uma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no radar e a expectativa que permeia grande parcela do mercado é que o Banco Central deve elevar a taxa de juros atual de 12,75% para 13,25%. Um aumento de 0,5 ponto percentual.

A reunião ocorre na semana seguinte em que foi divulgado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do mês de maio, que indicou uma desaceleração da **inflação**. Alguns analistas preveem que essa tendência seja mantida nos próximos meses, o que pode influenciar a taxa de juros do BC. Após aumentos sucessivos, o movimento esperado por economistas é que, nas próximas reuniões do Copom, os brasileiros já poderão perceber uma estabilização na taxa Selic e, futuramente, uma queda para um valor de juros de um dígito.

O professor de economia do Ibmecc-DF William Baghdassarian prevê que a taxa deve se estabilizar em 13,25%, mas indica que os efeitos de 2021, quando a taxa ainda era de 2%, ainda são sentidos na economia brasileira.

Para ele, a decisão de diminuir drasticamente os juros em 2020 foi precipitada, visto que a pandemia de covid-19 já dava sinais de aumentar a **inflação**.

"Na minha visão, ele (Banco Central) baixou demais (a taxa).

É aquela história do desespero.

Você está tão desesperado para reaquecer a economia, que você entrega tudo. Só que, na hora que chegou o momento seguinte, você acabou tendo que subir demais", pontua o professor.

"O modelo que o Banco Central utiliza foca na **inflação**, não do mês atual, mas na **inflação** de 18 a 24 meses à frente. Então, é como se eu tivesse uma certa doença e eu tomasse um remédio hoje, mas a gente soubesse que o efeito dele só vai se dar a partir de 18 meses à frente. Então por isso que é difícil você acertar um momento da entrada e o valor da subida de juros, porque você acaba tendo que acertar lá na frente", explica Baghdassarian.

Pessimismo Alguns economistas já enxergam o cenário futuro com certo pessimismo. Para o economistachefe da Gladius Research, Benito Salomão, a taxa Selic deve atingir o patamar de 14,25%, e passar por um longo período de estabilidade. A queda, na visão dele, viria apenas no fim do próximo ano ou no início de 2024.

"Nós teremos ainda um longo caminho a percorrer nessa desinflação e, na minha opinião, nós teremos taxas de juros em dois dígitos ainda por pelo menos um ano à frente", analisa.

Mesmo com uma série de aumentos na taxa de juros, para conter a **inflação**, o IPCA continua subindo ao longo do ano. Especialistas dizem que o cenário de instabilidade política, gerado principalmente pela troca de farpas entre o presidente Jair Bolsonaro e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), além da alta probabilidade de um segundo turno acirrado nas eleições deste ano, prejudica a estabilidade econômica do país.

"Nós estamos presenciando uma disputa política todos os dias.

Instituições sendo ameaçadas, instituições do estado democrático de direito. Então, tudo isso está muito maior e por isso que a taxa de juros tem subido", analisa o economista Felipe Queiroz.

"Quando um país tem uma instabilidade política muito grande e os agentes econômicos não têm certeza de que as regras do jogo serão mantidas, então, eles têm uma tendência a não aplicar os recursos nesse determinado país.

Esse é o fator que faz com que a taxa de câmbio se mantenha ainda no patamar que está mesmo com a taxa de juros", completa.

Para tentar controlar a **inflação**, que se intensifica com

o clima político desfavorável, o Banco Central então iniciou em 2021 uma série de aumentos na taxa de juros.

Uma elevação de mais de 10 pontos percentuais, que dá indícios de recuo nas próximas reuniões. Para Salomão, o BC age sozinho para conseguir estabilizar a economia, que, na visão do professor, poderia estar menos volátil, não fosse a instabilidade política.

"Talvez nós poderíamos ter uma **inflação** mais baixa se nós não tivéssemos tido períodos de extrema volatilidade na taxa de câmbio, e que produziram um efeito inflacionário perverso na nossa economia, por via dos preços dos produtos importados.

Então, nós temos que considerar que o Banco Central, embora ele esteja agindo bem para tentar controlar a **inflação**, ele está agindo sozinho", pontua.

* Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Escalada

O Copom se reúne amanhã e depois, com a missão de conter a **inflação** resistente.

A expectativa é de que o comitê aumente a taxa Selic em meio ponto percentual, elevando-a para 13,25%.

Jan/21 - 2% Mar/21 - 2,75% Mai/21 - 3,5% Jun/21 - 4,25% Ago/21 - 5,25% Set/21 - 6,25% Out/21 - 7,75% Dez/21 - 9,25% Fev/22 - 10,75% Mar/22 - 11,75% Mai/22 - 12,75% Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) Mesmo com uma série de aumentos na taxa de juros, para conter a **inflação**, o IPCA continua subindo ao longo deste ano.

Inflação oficial acumulada em 12 meses Mai/21 - 8,06% Jun/21 - 8,35% Jul/21 - 8,99% Ago/21 - 9,68% Set/21 - 10,25% Out/21 - 10,67% Nov/21 - 10,74% Dez/21 - 10,06% Jan/22 - 10,38% Fev/22 - 10,54% Mar/22 - 11,30% Abr/22 - 12,13% Mai/22 - 11,73%
Fonte: Banco Central e IBGE

É o empobrecimento (Editorial)

É notável como a recuperação da economia brasileira desde a recessão provocada pela pandemia não se traduz hoje em percepção geral de maior bem-estar, o que também tem consequências sobre a popularidade de Jair Bolsonaro (PL). Novos dados do IBGE sobre a queda do poder de compra em 2021 jogam luz sobre o fenômeno.

O Produto Interno Bruto teve expansão de 4,6% no ano passado, recuperando-se da queda de 3,9% provocada pela Covid-19 em 2020. Esse ganho, apurado a partir da produção de indústria, serviços e agropecuária, não se reflete nos valores declarados pelas famílias.

O rendimento domiciliar per capita -vale dizer, a renda disponível em cada domicílio, dividida pelo número de moradores- teve queda de 6,9% no período. Em valores corrigidos, caiu de R\$ 1.454 para R\$ 1.353 mensais.

Ressalve-se que essa pesquisa do IBGE, feita por meio de entrevistas em uma amostra de residências, tende a subestimar rendas como as oriundas de patrimônio e aplicações financeiras. Ainda assim, os números bastam para escancarar como as perdas de poder de compra se distribuíram de forma desigual na população.

Para a metade mais desfavorecida dos brasileiros, o baque foi muito maior, de 15,1%, e os valores mensais per capita encolheram de R\$ 489 para R\$ 415. Se considerados os 5% mais pobres, a queda chega a brutais 33,9%, de R\$ 59 para R\$ 39.

Em contraste, o topo da pirâmide social declara danos menores, de 6,9% no 1% mais rico, cujos rendimentos per capita ficaram em R\$ 15.940 mensais - provavelmente subestimados, repita-se.

Grande parte da discrepância pode ser atribuída ao fim do auxílio emergencial de R\$ 600 pago durante a pandemia, que contribuiu para um considerável incremento da renda dos mais pobres em 2020, mesmo durante a paralisação das atividades econômicas.

O outro fator principal é a escalada da **inflação**, que, como sempre, tem impacto muito mais dramático sobre o poder de compra dos que dependem do trabalho menos qualificado. Mesmo com alguma recuperação do emprego a partir do ano passado, os salários perderam para os preços.

A resposta da política pública foi precária. A criação do Auxílio Brasil se justificava pela necessidade de ampliar a rede de proteção social, mas serviu de pretexto para uma elevação geral de gastos públicos de objetivos muito menos nobres.

Se Bolsonaro não pode ser responsabilizado pela onda inflacionária global, seu governo agrava os efeitos e dificulta o controle da carestia ao desorganizar as finanças públicas e minar a credibilidade da política econômica. Os mais prejudicados têm domicílio conhecido.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49941>

"Defendemos o beneficiário. Não somos carrascos"



ROBERTA JANSEN

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) vem sendo alvo de pesadas críticas nas últimas duas semanas, depois de anunciar um reajuste de 15% no valor dos planos de saúde e, mais recentemente, defender o rol taxativo de procedimentos a serem pagos pelas operadoras.

Diretor-presidente da ANS, o advogado Paulo Rebello disse, em entrevista ao Estadão, que há muita incompreensão sobre o papel da agência e que não aguenta mais ser acusado de estar defendendo as operadoras. "Nosso trabalho é defender o beneficiário", afirmou.

"Não somos carrascos." A decisão sobre o rol taxativo, e não exemplificativo, vai de encontro aos interesses dos beneficiários?

Existe uma incompreensão muito grande sobre o que a gente faz. As pessoas nos acusam de defender as operadoras.

O nosso trabalho é defender o beneficiário, garantir um serviço de qualidade. Obviamente, se a gente coloca isso sob a lógica do rol exemplificativo, o que vai acontecer? Primeiro que um dos princípios consagrados no marco regulatório (Lei dos Planos de Saúde 9656/98) é poder estabelecer um rol taxativo, ter previsibilidade no que está sendo colocado.

Se começa a não ter critério, temos um problema sob o aspecto econômico, vai aumentar o custo. Esse é um problema no mundo todo, não só no Brasil. Dando um exemplo grosseiro, temos uma água Prata e uma

água Perrier. As duas são águas, hidratam igual. Agora, se você oferecer só Perrier, em vez de pagar R\$ 100, você vai pagar R\$ 1.000. Fazer essa análise é a nossa função.

Grupos de familiares de pessoas no espectro autista têm reclamado, dizendo que muitos vão ficar sem tratamento. Como o senhor responde a isso?

Tudo que existe em relação ao autismo está incluído no rol. O que está surgindo agora? São técnicas de atendimento a essas crianças. Isso não está no rol. Mas, para que a gente pudesse estudar isso, precisa que seja submetido à agência. Não estamos deixando de atender nenhum paciente autista, ninguém pode dizer isso. Tem uma técnica de atendimento que não está sendo paga pelo rol? Ok, mas ela chegou a ser submetida à ANS? Outras vezes são situações muito específicas.

Por exemplo, equinoterapia.

Obviamente não dá para colocar tudo, há escolhas. Temos de analisar evidências científicas, custo-efetividade.

Uma outra crítica recorrente é que o rol está sempre desatualizado, que leva muito tempo para incorporar coisas novas...

Não é verdade que o rol só pega medicamentos e procedimentos obsoletos, muito pelo contrário. Se temos hoje uma medicina de qualidade nesse País isso se dá em razão da saúde suplementar, que acaba trazendo novas tecnologias e as incorporando e subindo o nível da nossa medicina. Existia uma crítica muito forte em relação ao tempo de incorporação, mas isso não se sustenta mais. Tínhamos um prazo de dois anos para incorporar e dentro desse prazo havia uma única janela para submeter. O prazo foi reduzido, temos 180 dias para análise e 90 dias para incorporação. Repito: toda e qualquer doença é coberta pelo rol. A gente não está excluindo A em detrimento de B.

As grandes operadoras não poderiam oferecer mais do que oferecem?

As grandes operadoras são 10% desse mercado. Temos 62% de pequenas operadoras.

A gente tem de olhar para todas.

Uma operadora pequena não tem como arcar com uma doença rara, por exemplo. Ela vai quebrar. E aquelas pessoas que estão lá dentro vão ser jogadas no mercado. Ou não vão mais conseguir pagar um plano de saúde e vão para o SUS. A regulação precisa analisar o impacto regulatório, quais as consequências daquela decisão.

Críticos dizem que será mais difícil agora para os usuários conseguirem uma vitória na Justiça...

Sempre houve a judicialização.

A judicialização sempre vai existir. Mas tem a boa judicialização e a má judicialização.

A boa judicialização é aquela em que há um serviço para ser prestado e que não foi prestado. Agora, quando você quer um medicamento que não foi aprovado pela Anvisa, um medicamento que não foi incorporado ao rol, aí é diferente.

É preciso lembrar que há outros interesses específicos envolvidos nesse processo.

Outros atores que têm interesse em que o rol seja exemplificativo, porque consegue comercializar determinados medicamentos. É preciso entender o todo. Se não entender o todo, vira um problema.

Fica parecendo que somos o carrasco, que não queremos atender o beneficiário. Muito pelo contrário.

O reajuste de 15% no valor dos planos foi muito criticado, sobretudo neste momento de pandemia e crise econômica. O senhor não acha que foi excessivo?

Trabalhamos por quase um ano para fazer essa norma, levamos para o Tribunal de Contas da União (TCU), para o Ministério da Economia. A USP falou, a FGV se manifestou. Aí vem uma ação da Rede Sustentabilidade questionando o aumento e não critica a metodologia usada, não critica nada.

Esse é o problema. O momento em que estamos vivendo é de **inflação** para todo lado.

Tem 49% nos combustíveis, 15% na habitação, 25% na energia.

Se for olhar o contexto da pandemia, considerando que em 2021 o reajuste foi negativo, juntando esses dois anos, a gente vai ter um reajuste de 6%. Dá 3% ao ano, considerando esses dois anos. São essas

questões que estamos nos colocando à disposição para esclarecer, para que as pessoas entendam a fórmula.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, vem falando muito sobre o chamado "Open Health", o que o senhor acha disso? Pode ser uma solução?

O ministro comprou uma ideia, mas depois ele entendeu como, de fato, funciona o Open Health. Ele falou que está bebendo da fonte australiana.

O problema da fonte australiana é que não é sobre Open Health, é sobre prontuário eletrônico, que é uma coisa distinta da portabilidade.

No Open Bank, por exemplo se você tem um financiamento com um banco e paga uma taxa de 2%, um outro banco pode oferecer uma taxa de 1,5% e você migra. Ele consegue visualizar os seus dados.

O problema dos dados em saúde é que são sensíveis, não podem ser ofertados por outras operadoras sem autorização.

Outro ponto é que no setor de saúde suplementar você não pode escolher pessoas com as quais vai comercializar o seu plano. Não posso cobrar R\$ 100 de uma pessoa saudável e R\$ 500 de um cara que fuma e bebe. Aí, vou começar a fazer uma seleção complicada. Os idosos vão ficar fora do mercado ou terão de pagar uma mensalidade absurda. Ninguém vai querer os doentes crônicos.

O ministro já acalmou, começou a entender melhor as amarras constitucionais.

Tem como o plano de saúde ser mais barato?

Algumas situações precisam melhorar muito. Há muitas distorções e desperdícios que acabam aumentando o preço cobrado. As operadoras atuam como intermediadoras financeiras. Elas recebem dinheiro e pagam os prestadores e não se envolvem diretamente no cuidado do paciente.

Essa, lógica precisa ser mudada.

Hoje, as pessoas mais novas, que usam menos o plano, subsidiam os mais velhos, que usam mais. Em 2030, no entanto, as pessoas com mais de 60 anos serão maioria no Brasil. Então essa conta não fecha quando a pirâmide mudar.

Precisamos mudar a visão desse modelo a médio e longo prazo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Endividamento cresce no País e cria contingente de "devedores crônicos"



Anderson Kozuo, de 32 anos, viu dívida se tornar uma 'bola de neve' após usar cartão de crédito para pagar conserto do carro, em 2018

FERNANDA GUIMARÃES WESLEY GONSALVES

A bibliotecária Caroline Realon, 30 anos, define-se como devedora contumaz. Com um boleto da companhia de energia protestado e dívidas de R\$ 7 mil no cartão de crédito, ela conta que lida com a inadimplência desde quando obteve seu primeiro cartão de crédito, ainda na adolescência. "Entro e saio do Serasa, gasto mais do que ganho", diz Caroline, que sofre de um certo desalento sobre a própria situação financeira: "Fico enrolando para pagar as contas.

Vou deixar rolar e pagar quando der, porque não dá para lutar contra os juros." O caso da bibliotecária ilustra a situação financeira atual de milhões de brasileiros. Dados do Serasa mostram um contingente de 65,7 milhões de pessoas com contas vencidas, e o valor médio da dívida é superior a R\$ 4 mil - ambos os dados estão perto da máxima histórica e têm tendência de alta até o fim do ano.

Como no exemplo de Caroline, quem está devendo geralmente carrega o problema há muito tempo: segundo a empresa de análise de crédito Boa Vista, 83% das dívidas têm atrasos superiores a 90 dias.

De acordo com Lauro Leite, presidente da Return, empresa de recuperação de crédito do Santander, além dos problemas com perda de emprego ou gastos inesperados, a falta de organização também ajuda a tornar as dívidas uma "bola de neve".

Ele diz, por exemplo, que é comum o brasileiro pegar dinheiro emprestado de um cartão de crédito para pagar a conta de outro. "O brasileiro é cheio de cartões", diz.

E, mesmo quem sai da lista de negativados, costuma voltar pouco tempo depois, segundo Eric Garmes de Oliveira, cofundador da Paschoalatto, que cobra dívidas para os principais bancos do País. Para quem está preso nesse círculo vicioso, diz ele, uma das recomendações é sempre mostrar disposição em negociar e resolver a questão.

"Isso é importante para evitar que a dívida seja cobrada judicialmente", explica.

Na luta para sair da lista de devedores há quatro anos, o representante comercial Anderson Kazuo, 32 anos, já fez diversas negociações. Tudo começou em 2018, quando teve despesas extras com seu carro, mas não conseguiu manter as parcelas em dia. A partir daí, o problema só piorou: hoje, deve R\$ 18 mil ao banco e ainda busca uma saída para a quitação. A dívida só cresceu. "Fiz dívidas no cartão o para pagar o conserto de um carro", lembra.

Nas conversas com o banco credor, no entanto, Anderson diz que nenhuma solução ofertada atendeu às suas necessidades.

Segundo ele, a instituição só oferecia apenas a redução da parcela mensal - o que, no fim das contas, ampliaria o total da dívida. "Tem uma oferta na Serasa reduzindo o valor pela metade, então vou ver se consigo utilizar parte do meu FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para finalizar esse empréstimo", afirma.

HORIZONTE RUIM. E a situação deve piorar. Economista da Serasa, Luiz Rabi afirma que a trajetória da inadimplência é de alta, por causa da confluência negativa de renda em baixa, juro em alta e **inflação** galopante. "É um momento ruim do ponto de vista financeiro. Não vai ser simples diminuir o número de inadimplentes", diz.

De acordo com a Boa Vista, o registro inadimplentes voltou a crescer em maio, pela quarta vez seguida. Em relação ao mesmo mês em 2021, o indicador de dívidas em atraso subiu 12,7%. Segundo a entidade, a curva continuar "acelerada".

Segundo Rabi, em momentos de dificuldade, o consumidor prefere atrasar contas do dia a dia - como

água e luz - do que ficar devendo para o banco, o que geralmente resulta em uma inclusão mais rápida nos serviços de proteção ao crédito.

E o brasileiro quer evitar isso, porque ter "nome limpo" para o parcelamento de necessidades de consumo.

Para Elle Braude, da Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (Planejar), o primeiro passo diante do endividamento é buscar ajuda - muitas vezes, vale consultar um especialista.

Isso porque o endividado deve ter em mente que as ofertas de refinanciamento dos bancos não são, em geral, a melhor opção para o cliente.

Cenário difícil Para economista do Serasa, só queda do juro - que não está no radar - pode aliviar endividamento

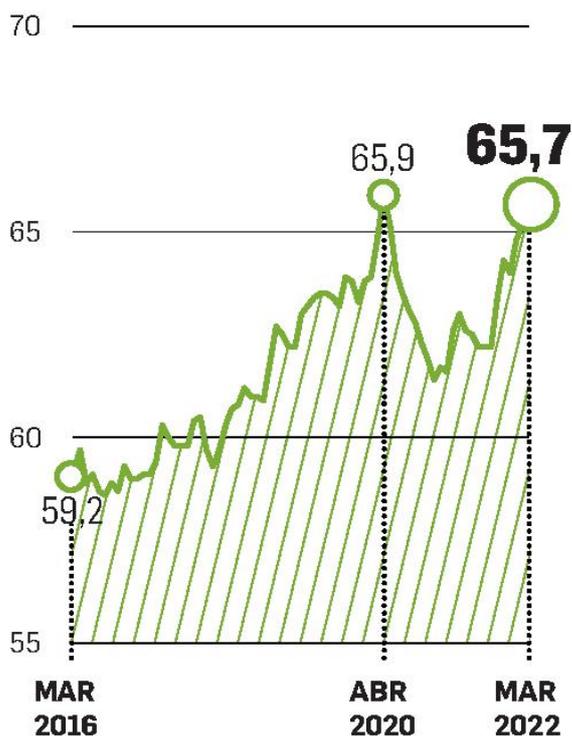
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

INADIMPLÊNCIA

Serasa espera piora no número de pessoas com 'nome sujo' diante cenário econômico atual do País

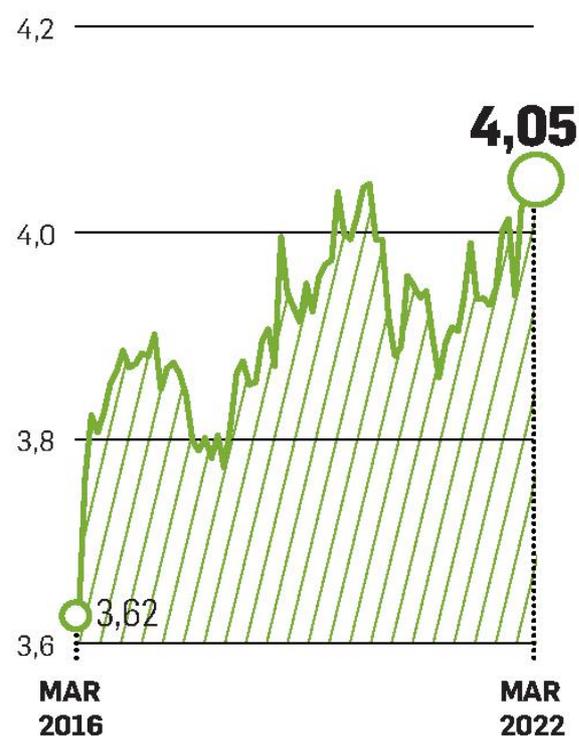
Consumidores inadimplentes

EM MILHÕES DE PESSOAS



Dívida média (por CPF)

EM MILHARES DE REAIS



FONTE: SERASA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Radicalismos e estagnação (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Nos últimos 40 anos, a renda per capita brasileira cresceu à taxa média anual real de 0,7% conforme dados do Ibré/FGV. Nesse ritmo, seria necessário aproximadamente um século para o Brasil atingir o atual nível da renda por habitante de Portugal.

Estagnação dessa magnitude somente pode ser explicada pelo populismo e por gigantescos equívocos de política econômica que marcaram, principalmente, os governos mais próximos dos extremos ideológicos, da direita e da esquerda.

A ditadura militar, após o elevado crescimento induzido pelo protecionismo e por gigantescas obras públicas financiadas com capital externo, deixou a verdadeira herança maldita: hiperinflação e crise nas contas externas. O saudoso professor Mário Henrique Simonsen dizia que "**inflação** aleija, mas câmbio mata". Pois bem, os militares deixaram esses dois legados quando saíram do poder, em 1985.

José Sarney, o primeiro presidente civil pós-ditadura, não dispunha de diagnóstico correto dos complexos problemas que herdara, tampouco de apoio político para enfrentá-los de forma eficaz.

Após o controle da **inflação**, pelo Plano Real, em 1994, os oito anos do governo FHC (1995- 2002) foram marcados por um grande conjunto de reformas estruturantes, apesar da sucessão de crises externas que teve de enfrentar: México (1994- 1995), Tigres Asiáticos (1997) e calote da dívida russa (1998).

Nos 13 anos de gestão petista, a política econômica foi conduzida pela ótica do nacionaldesenvolvimentismo, ou seja, fechamento da economia, subsídios generosos, dirigismo estatal e expansão dos gastos públicos sem avaliação dos custos e benefícios das políticas por eles financiadas. As receitas provenientes do boom das commodities, nos dois mandatos de Lula, turvaram a visão para as enormes distorções que estavam sendo criadas.

Bastou a piora das relações de troca, com a queda das cotações das commodities, para a crise econômica aparecer com força no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff.

O curto e conturbado mandato de Michel **Temer** conseguiu avanços importantes, com algumas reformas microeconômicas e com medidas para conter a deterioração fiscal.

Já Bolsonaro, eleito com quase 58 milhões de votos, não se empenhou em prosseguir o programa de reformas iniciado por seu antecessor. A reforma da previdência, cujo desenho já estava maduro há anos, ocorreu pelo esforço do Legislativo e não do governo. Paulo Guedes, entre outros equívocos, enterrou as boas PECs 45 e 110/2019, pois jamais compreendeu os significativos impactos positivos sobre o crescimento potencial da ampla reforma da tributação do consumo estabelecida nessas propostas.

O despreparo e os radicalismos de Bolsonaro mancharam a reputação internacional do País, ampliaram a desigualdade e a pobreza, pioraram a educação e a saúde e tornaram mais difícil a tarefa de vencer a estagnação.

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sinais claros e expectativas - HENRIQUE MEIRELLES



HENRIQUE MEIRELLES

Um dos papéis centrais e mais importantes dos governos é gerenciar expectativas.

Os anos mais recentes podem ter apagado isso da memória dos brasileiros, mas cabe à administração central evitar solavancos, tomar atitudes com firmeza, seriedade e serenidade, sempre com um objetivo claro à frente.

Em resumo, gerar as condições necessárias para que consumidores, empresários, investidores, todos tenham uma percepção de segurança e previsibilidade sobre os rumos do país.

A estabilidade é um ativo essencial para garantir investimentos e levar ao crescimento. Ninguém faz negócios, se arrisca em empreendimentos - seja abrir uma padaria ou investir bilhões em uma concessão de rodovia - sem uma boa dose de segurança e de confiança nos rumos do País. Não há melhor forma de proporcionar isso do que ter prioridades claras em política econômica, zelar continuamente pela estabilidade fiscal, demonstrar compromisso com o controle de gastos e da **inflação**.

Não é preciso voltar muito no tempo para verificar a eficácia desta fórmula. Quando assumi o Banco

Central, em 2003, havia grande insegurança na economia sobre o que seria o governo Lula. Uma das primeiras coisas que fizemos foi exatamente, na primeira e na segunda reuniões do Copom, aumentar a taxa Selic para controlar a demanda - e, com a finalidade principal: dar a sinalização clara de uma política monetária rigorosa aos agentes econômicos, mostrando que o BC agiria de forma independente. Isso começou a ter efeito positivo sobre as expectativas. Posteriormente, uma das coisas que foi feita com cuidado e precisão nas atas do Copom, dar uma sinalização da forma mais clara possível sobre os próximos passos, de maneira a manter a previsibilidade da economia. Os resultados foram positivos: não só a **inflação** convergiu para a meta, fixada em 8,5% em 2003, 5% em 2004, e 4,5% em 2005. De 2005 a 2010, a **inflação** média foi 4,5%, exatamente na meta.

A previsibilidade e a formação de expectativas foram fatores importantes desta política monetária bem-sucedida. Durante meus oito anos no BC, o Brasil cresceu 4%, em média.

O Brasil começa a entrar na fase mais aguda da campanha eleitoral. É normal neste período haver muito falatório, especulação e agitação em torno da perspectiva de poder. Caberia ao governo não se aventurar em medidas improvisadas, criadas na última hora, em busca de benefícios eleitorais de curto prazo, em detrimento de efeitos negativos de longo prazo nas contas públicas. É preciso ter consciência de que não há perdão na economia: as atitudes erradas deixarão marcas e cobrarão um preço alto no futuro próximo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil fica atrás na corrida mundial (Editorial)



O mundo vai mal, com as condições econômicas afetadas pela invasão da Ucrânia e pelos novos casos de covid-19. O Brasil, sem surpresa, continua em condições piores que as da maior parte dos países emergentes e avançados, como estava antes da pandemia e da guerra iniciada pelo presidente russo, Vladimir Putin. O Banco Mundial até elevou o crescimento estimado para o Brasil em 2022, mas de 1,4% para 1,5%, pouco mais da metade da taxa prevista para a produção global, agora reduzida de 4,1% para 2,9%.

Bem mais fraco é o desempenho calculado para a economia brasileira pela OCDE, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico: expansão de apenas 0,6% para o Produto Interno Bruto (PIB), um quinto do esperado para o produto mundial, 3%, contra 4,5% projetados em dezembro.

Mais **inflação**, piores condições de financiamento, menor crescimento e maiores provações para as populações mais pobres compõem o cenário apresentado pelas duas instituições. Segundo o presidente do Banco Mundial, David Malpass, em muitos países será difícil evitar a recessão. O mais urgente, agora, é evitar uma crise de alimentação ocasionada pela alta de preços, escreveu a economista-chefe da OCDE, Laurence Boone.

Inflação, desemprego elevado e perda de renda do

trabalho estão entre os grandes obstáculos ao crescimento brasileiro neste ano, segundo a análise da OCDE.

A forte retomada inicial da economia, favorecida no ano passado pela vacinação, perdeu impulso neste ano. O ritmo poderá aumentar para 1,2% em 2023, mas ainda continuará bem abaixo das médias global e do Grupo dos 20 (G-20), ambas estimadas em 2,8%.

Os preços ao consumidor continuarão subindo velozmente no Brasil, embora em ritmo inferior ao atual. As projeções da OCDE apontam variação de 9,7% neste ano e de 5,3% no próximo. São números pouco superiores aos do mercado, citados no boletim Focus do Banco Central: 8,9% em 2022 e 4,4% em 2023. Mas são bem mais altos do que aqueles previstos para quase todos os membros da Organização.

Nove países aparecem com taxas maiores que as do Brasil, nas estimativas para este ano. A maior alta é a da Turquia (72%), seguida por aquela calculada para a Argentina (60,1%). O nono país em pior posição que a brasileira, nesse conjunto, é a Hungria, com **inflação** esperada de 10,3%.

Também se mencionam as incertezas da fase eleitoral e a piora dos sentimentos. Essas incertezas devem desestimular o investimento neste ano, baixando o ritmo de atividade e retardando o aumento da capacidade produtiva. Desajustes nas cadeias produtivas e aumentos de preços de matérias-primas estão entre os efeitos atribuídos à guerra na Ucrânia. O quadro inclui também a irregularidade das chuvas e suas consequências na agricultura e na geração de eletricidade.

Problemas podem variar, como o surgimento, por exemplo, da guerra na Ucrânia ou de uma pandemia, mas chama a atenção a constância, há cerca de dez anos, do desempenho brasileiro abaixo das médias internacionais. Eis um bom tópico para as eleições deste ano.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Queda da renda atinge em cheio mais pobres

Lucianne Carneiro e Alessandra Saraiva Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187243?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187243?page=1§ion=1

Antecipar receita futura do pré-sal cria ilusão fiscal (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187243?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187243?page=6§ion=2